

## 6º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS

### GT 5 – Relações de classe no capitalismo contemporâneo

#### A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea

Fábio Marvulle Bueno<sup>1</sup>

Raphael Lana Seabra<sup>2</sup>

A década de 2000 consolidou uma nova fração da burguesia brasileira ligada ao mercado internacional não mais pela simples exportação de mercadorias, mas também pela de capitais na forma de investimentos diretos, implicando na recente expansão das multinacionais brasileiras<sup>3</sup>. Este processo de internacionalização da burguesia brasileira coincide com i) o aumento de conflitos envolvendo a burguesia brasileira em países da América do Sul - empresários da soja em terras paraguaias e bolivianas, Petrobrás na Bolívia e Odebrecht do Equador -, e com ii) uma orientação da política externa brasileira de maior destaque internacional, não só buscando assento no Conselho de Segurança da ONU, mas comandando as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti desde 2004.

Esse quadro permite formularmos a hipótese de que o movimento conjunto da política externa e da economia brasileira novamente corresponde à noção de subimperialismo de Ruy Mauro Marini, mas sob novas determinações. Para tanto, retomaremos brevemente a teoria do subimperialismo e em seguida destacaremos as novas determinações deste conceito no campo da política externa, da conformação das frações burguesas e da acumulação e composição orgânica do capital no Brasil.

#### Dimensões teóricas do subimperialismo

Marini<sup>4</sup> define o subimperialismo como “(...) *la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero(...)*”, desdobrando-se em “(...) *el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma(...)*” e uma dinâmica econômica dirigida por “(...) *una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales(...)*”, o que “(...) *no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional(...)*”,

<sup>1</sup> Doutorando pelo Instituto de Economia da Unicamp - [fmbuenobr@yahoo.com.br](mailto:fmbueno@yaho.com.br)

<sup>2</sup> Doutorando pelo Departamento de Sociologia da UNB - [raphaelseabra@hotmail.com](mailto:raphaelseabra@hotmail.com)

<sup>3</sup> Fábio Bueno. *O movimento recente de internacionalização da burguesia brasileira*. In: Anais do III Simpósio do Grupo de Estudo de Política da América Latina, setembro de 2008.

<sup>4</sup> Ruy Mauro Marini. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”. In: *Cuadernos Políticos* nº 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977, p.17.

implicando não apenas na busca de mercados externos como forma de superar entraves ao processo de acumulação de capital, como também no aumento da influência política sobre outros países e mercados.

O subimperialismo não pode ser encarado como “(...) *um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma evolução do capitalismo dependente (...)*”<sup>5</sup> no sentido de um desenvolvimento do capitalismo autônomo ou da superação da relação de dependência, mas sim a expressão política e econômica da integração dos sistemas de produção dos países dependentes à etapa monopolista da economia dos centros imperialistas<sup>6</sup>.

O subimperialismo traduz-se também na vigência de determinadas alianças entre frações da burguesia que buscam ativamente a ampliação da influência política e do controle de mercados externos. Segundo Claudio Katz<sup>7</sup>, “(...) *el acierto más perdurable de los primeros teóricos del subimperialismo fue captar la transformación de las viejas burguesías nacionales (promotoras del mercado interno), en burguesías locales (que priorizan la exportación y la asociación con empresas transnacionales).*”

Portanto, a formulação de Marini aponta que as condições necessárias de uma dinâmica subimperialista seriam a presença simultânea, nos países dependentes, de i) uma integração aos centros imperialistas que abra espaços para políticas externas relativamente autônomas; ii) um patamar internacional da composição orgânica do capital que aponte para os mercados externos como forma de resolver entraves de acumulação, e iii) contextos da luta de classes em que as alianças no interior da burguesia sustentem a busca da ampliação dos mercados externos como elemento unificador.

Esta simultaneidade implica que o subimperialismo não pode ser encarado como uma condição estrutural do capitalismo dependente, pois suas determinações podem, no decorrer do desenvolvimento histórico, assumir formas que impossibilitem tal dinâmica.

## **Política externa recente e as relações com os centros imperialistas**

As diferentes estratégias da hegemonia norte-americana na América Latina definem a possibilidade de uma hegemonia regional brasileira. Nas décadas de 1960 e 1970, os EUA adotaram a diretriz de contenção da “ameaça comunista” por meio da disseminação da Doutrina de Segurança Nacional e do combate aos supostos inimigos internos vinculados a tal “ameaça”, apoiando uma seqüência de golpes militares pelo continente. Segundo Marini, isso possibilitou uma ofensiva brasileira sobre a América do Sul e África no intuito de assegurar zonas de influência e mercados, inaugurando a chamada política externa de cooperação antagônica<sup>8</sup>, cujo cerne seria a coexistência entre uma ativa e

<sup>5</sup> Ruy Mauro Marini. *América Latina: integração e dependência*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992, p. 151.

<sup>6</sup> Ruy Mauro Marini. *Subdesarolo y Revolución*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974, p. XIX.

<sup>7</sup> Claudio Katz. *América Latina frente a la crisis global*. 2009. . <http://www.lahaine.org/katz/>

<sup>8</sup> Marini, *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, op. cit. e Mathias Seibel Luce. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2008.

estreita colaboração com os EUA na implementação da estratégia geopolítica de estabilização da América Latina com freqüentes choques pontuais com os EUA, não para questionar a estratégia norte-americana, mas para conseguir barganhar maiores vantagens e espaços para o Brasil.

Teoricamente, a formulação de cooperação antagônica tem como elemento central a presença de experiências políticas nacionais que buscam maior autonomia em relação aos EUA (desde o socialismo cubano e do Chile de Allende, peronismo argentino, até o recente bolivarianismo venezuelano, etc.) e que abririam espaço para o ativo apoio brasileiro à estratégia dos EUA na contenção dessas experiências.

Nas duas últimas décadas do século XX, Marini<sup>9</sup> aponta uma drástica mudança na estratégia imperialista para o continente, dado que o governo Reagan acentuaria “(...) *a vocação nacionalista, postulando a reconquista de sua hegemonia internacional, sem levar em conta os interesses dos seus sócios*”, instaurando na América Latina o que Marini<sup>10</sup> chamou de reconversão produtiva, “(...) *no sentido de fomentar o modelo exportador (...) que não apenas respeite o princípio da especialização, segundo as vantagens comparativas, mas abra maior espaço ao livre jogo do capital, reduzindo a capacidade intervencionista do Estado.*”

Esta nova estratégia do imperialismo coincidiu com o encerramento da onda de experiências contestatórias no continente (iniciada por Cuba em 1959) e com a Crise da Dívida Externa, a qual acentuou a subordinação da América Latina pelos programas do Fundo Monetário Internacional.

Este quadro eliminava as bases políticas objetivas para a continuidade da cooperação antagônica e conseqüentemente da dinâmica subimperialista brasileira na década de 1980, tendência mantida na década de 1990 com a implementação das políticas neoliberais do Consenso de Washington.

Já a década de 2000 apresenta um novo quadro político. Os efeitos negativos do projeto neoliberal resultaram em governos progressistas que passam a buscar maior autonomia em relação à influência norte-americana, como nos casos da Bolívia, Venezuela e Equador, abrindo novamente espaço para que o Brasil retomasse a cooperação antagônica com os EUA.

Mathias Luce<sup>11</sup> desenvolve uma interessante discussão sob este prisma, analisando os principais fatos de política externa do Governo Lula (2003-2007) a partir da ótica do alinhamento ou não aos interesses dos EUA, encontrando fortes elementos para defender a volta da orientação de cooperação antagônica brasileira<sup>12</sup>.

### **Alianças na burguesia brasileira**

<sup>9</sup> Marini, *América Latina: integração e dependência*, op. cit., p. 21.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p.16/17.

<sup>11</sup> Luce, *O subimperialismo brasileiro...*, op. cit, p.33/55.

<sup>12</sup> Os conflitos pontuais da atual política externa estariam ligados a i) priorização das políticas de parcerias Sul-Sul, ii) ênfase no MERCOSUL, iii) criação de um bloco sul-americano de países, iv) protagonismo em fóruns multilaterais como o G-20, e v) busca de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Já a cooperação com o projeto estadunidense ocorreria através da atuação do Brasil na busca da estabilização política da América do Sul, a exemplo do papel de mediador na crise interna do Paraguai envolvendo Lino Olviedo, nas crises internas da Venezuela, Equador, Bolívia e Haiti, e na crise bilateral entre Equador e Colômbia.

Marini mostra que a teoria do subimperialismo tem um elemento central na conformação, dentre as frações da burguesia, de alianças que sustentem a busca da ampliação dos mercados externos como elemento unificador do bloco dominante.

Segundo Marini<sup>13</sup>, a aliança vigente desde o Estado Novo entre as frações industrial e agro-exportadora da burguesia entra em crise na década de 1950 com o início da industrialização pesada, transformando a complementaridade desses setores em contradição, não só pela manutenção de uma política de câmbio desvalorizado que opunha os interesses dessas frações, mas também pelo insuficiente montante de divisas oferecido pelos exportadores diante das necessidades da industrialização.

O desenrolar desse conflito foi que “(...) *a burguesía aceptaba el suministro de divisas necesarias a la superación de esa crisis por parte de los grupos extranjeros, concediéndoles a cambio una amplia libertad de ingreso y de acción (...)*”<sup>14</sup>.

Consolidada pelo Golpe Militar de 1964, esta nova aliança implicou i) na busca de mercados externos, dado que a composição orgânica do capital de uma das frações dirigentes foi ampliada com a integração ao imperialismo, e ii) em uma política externa com pretensões de autonomia por parte dos governos militares, que tentavam alçar o Brasil à condição de parceiro privilegiado dos EUA na América do Sul.

Tal aliança de classe que se estendeu durante a década de 1970, sustentando a dinâmica subimperialista, modifica-se na década de 1980. A nova diretriz da política externa norte-americana voltada à reconversão da América Latina contribuiu para o surgimento de novas frações na grande burguesia brasileira, com interesses distintos dos vigentes na aliança anterior. Segundo Marini<sup>15</sup>, a década de 1980 presencia a consolidação de três grandes frações de interesses. A primeira,

*“(...) reúne os grupos econômicos vinculados às novas tecnologias (...) e que têm interesse não só na abertura da região ao exterior, mas também na sua reconversão interna (...) optam por uma reconversão econômica que facilite a negociação com os gigantes internacionais que detém o monopólio tecnológico e financeiro. Isso passa pela reforma do Estado; pela supressão do protecionismo; pela readequação jurídico-institucional – de modo a propiciar a vinculação tecnológica e financeira com o exterior – e pela modernização industrial em grande escala do parque industrial nacional, já que isto lhes proporciona o*

---

<sup>13</sup> Marini, *Subdesarolo y Revolución*, op. cit., p.27.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, op. cit p.33.

<sup>15</sup> Marini, *América Latina: integração e dependência*, op. cit., p. 54.

*mercado natural para sua produção (...) trunfo na negociação com os grandes grupos internacionais”<sup>16</sup>.*

Esta fração moderna, que busca a aprilha do espaço econômico nacional, choca-se com uma segunda, mais numerosa e forte politicamente, dos grupos criados ao longo do processo de industrialização, abarcando desde a indústria textil até a automobilística, resistentes à proposta de reconversão, mesmo que de maneira ambigua, pois se a ameaça da abertura comercial os pressiona à modernização, haveria uma solidariedade em atender minimamente seus interesses nas negociações com os centros internacionais. A terceira fração liga-se às atividades mineiras e agropecuárias, quase sempre aliada da fração moderna, não interessadas especificamente na reconversão, mas na abertura ao exterior e nas políticas de fomento às exportações<sup>17</sup>.

Na década de 1990, a conformação do bloco dominante mantém o projeto de reconversão sob a roupagem ideológica do Consenso de Washington. Nesta década, duas novas diferenciações na burguesia ganham importância. A primeira é a fração que estabelece vínculos com o mercado financeiro internacional, tanto pelo acesso a empréstimos externos, como por investimentos no exterior. A segunda é a fração da burguesia ligada aos serviços públicos antes desempenhados majoritariamente pelo Estado<sup>18</sup>, a exemplo da educação (escolas privadas), saúde (planos de saúde), previdência (plano de previdência) e segurança (segurança privada).

Ou seja, as décadas de 1980 e 1990 trouxeram uma nova configuração no bloco burguês dominante, onde as novas frações não apresentam interesse imediato de conseguir mercados externos, mas sim de se associar com o capital internacional no espaço econômico brasileiro.

Uma mudança importante ocorre na década de 2000, onde se consolida uma fração burguesia local que retoma o interesse no mercado externo por meio da exportação de capitais, principalmente na forma de investimentos diretos (Tabela 1). É neste momento também que surgem políticas públicas voltadas para incentivar a internacionalização, a exemplo da i) criação de uma linha de crédito específica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>19</sup> destinada à implantação de filiais no exterior; ii) regulamentação da atuação de Fundos de Investimentos brasileiros no exterior pela Instrução da Comissão de Valores Imobiliários nº. 450, de 30 de março de 2007, e iii) a incorporação, dentre os objetivos da criação do Fundo Soberano do Brasil, do estímulo à internacionalização de empresas. Portanto, a década de 2000 recoloca como fator central para os interesses da burguesia na expansão sobre os mercados externos.

---

<sup>16</sup> Marini, *América Latina: integração e dependência*, op. cit., p. 54/55.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, op. cit. P.55/56.

<sup>18</sup> Armando Boito. “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”. In: Armando Boito (org.). *Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*. Revista IDÉIAS, nº 9, 2002.

<sup>19</sup> <http://www.bndes.gov.br/exportacao/internacionalizacao.asp> acessado em 12/02/2009.

## Acumulação e composição orgânica do capital

A formulação de Marini sobre o subimperialismo brasileiro analisava um contexto na qual a Divisão Internacional do Trabalho do imediato Pós Guerra relegava a algumas economias dependentes a possibilidade de produção de bens de consumo duráveis, amparadas na exportação de capitais do centro imperialista sob a forma de plantas de multinacionais ou de máquinas e equipamentos obsoletos para o estágio de acumulação dos países centrais, mas considerados de ponta em nossa economia.

Isto proporcionava aos setores de bens intermediários e de capital o acesso a recursos e tecnologias que possibilitaram não só a aceleração da acumulação de capital, mas a elevação da composição orgânica e a organização monopolística de setores da indústria brasileira que, segundo Marini<sup>20</sup>, implicava na busca dos mercados da América Latina e África para as exportações brasileiras de manufaturas como forma de contornar os problemas de realização do limitado mercado interno brasileiro, diante da aceleração do ritmo de acumulação e das novas escalas de produção proporcionadas pela renovação tecnológica.

A mudança da estratégia imperialista para a América Latina na década de 1980 imprimiu uma nova Divisão Internacional do Trabalho que reservava ao capitalismo brasileiro a reconversão produtiva e a transferência de grandes somas de recursos para o exterior, implicando em uma década de baixo crescimento e aumento das desigualdades sociais.

Com isso, mesmo mantida a composição orgânica média do capital na economia brasileira, o novo contexto internacional mudou o caráter das exportações, passando a não mais responderem aos entraves de realização do mercado interno diante de um forte ritmo de acumulação dos setores de composição orgânica elevada, mas sim i) às necessidades de transferências de recursos ao exterior para o pagamento do serviço da dívida externa, e ii) à uma estratégia defensiva contra quadro recessivo que se instalou na economia brasileira na década.

Já a década de 1990 apresentou novos determinantes para a composição orgânica do capitalismo brasileiro. Para além da reintegração ao mercado financeiro internacional após a “desconexão forçada” da Crise da Dívida, merece destaque o amplo processo de centralização de capitais<sup>21</sup> que impulsiona uma nova rodada de aumento da composição orgânica do capital em determinados setores monopolistas da indústria, a ponto de alçar algumas empresas brasileiras à condição de líderes mundiais em seus ramos.

Mas é na década de 2000 que o aumento da composição orgânica se manifesta, por meio de uma onda de investimentos das multinacionais brasileiras para disputar mercados e consolidar posições. O aumento da composição orgânica das empresas brasileiras multinacionais ampliou a escala da massa de

---

<sup>20</sup> Marini, *Subdesarolo y Revolución...*

<sup>21</sup> Para um excelente panorama do processo de Fusões e e Aquisições na economia brasileira na década de 1990, ver José Carlos Miranda. *Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990*. Brasília, IPEA, Texto para Discussão nº 829, outubro de 2001.

valor em busca de valorização, recolocando a insuficiência e estreiteza do mercado interno brasileiro para a continuidade do processo de acumulação, não mais relacionada à realização das mercadorias (esfera da circulação) como teorizou originalmente Marini, mas à insuficiência de oportunidades de novos investimentos no mercado interno, remetendo diretamente à esfera da produção.

Este processo se reflete na brusca elevação dos investimentos diretos brasileiros - IDB no exterior (Tabela 1), que acumulou entre 2000 e 2008 mais de sete vezes o volume observado em toda a década de 1990.

A Tabela 2 mostra que a participação do IDB no total mundial é crescente (0,1% em 1970 passa para 2,3% em 2006). Interessante notar na Tabela 2 que mesmo diante de um fator qualitativamente distinto do vigente nas décadas de 1960 e 1970 a impulsionar a acumulação brasileira para fora de suas fronteiras políticas, a América do Sul se mantém como espaço privilegiado de expansão brasileira.

**Tabela 1 - Fluxos de Investimento Brasileiro no Exterior - US\$ bi**

	1980-1989	1990-1999	2000-2008		
	A	B	C	B/A	C/B
<b>Investimento brasileiro direto</b>	2,24	9,25	70,82	4,13	7,66
Participação no capital	2,24	8,66	59,16	3,87	6,83
Empréstimo intercompanhia	0,00	0,58	11,64	-	20,07
<b>Investimento brasileiro em carteira</b>	0,05	4,16	2,97	83,20	0,71
Ações de companhias estrangeiras	0,05	2,78	6,74	55,60	2,43
Títulos de renda fixa LP e CP	0,00	1,39	-3,78	-	-2,72
<b>Outros investimentos brasileiros</b>	1,77	53,60	60,96	30,28	1,14
Empréstimo e financiamento LP e CP	-0,51	11,28	18,81	-22,12	1,67
Moeda e depósito	-1,00	18,30	43,42	-18,30	2,37
Bancos	-1,16	5,48	11,65	-4,72	2,13
Demais setores	0,17	12,82	31,77	75,41	2,48
Outros ativos LP e CP (líquido)	3,28	24,02	-1,26	7,32	-0,05
<b>Total</b>	<b>4,06</b>	<b>67,01</b>	<b>134,75</b>	<b>16,5</b>	<b>2,01</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

**Tabela 2**  
**Participação do investimento direto brasileiro, em anos selecionados (em %)**

	1970	1980	1999	2000	2005	2006
Mundo	0,1	0,7	0,3	0,2	0,3	2,3
Países em desenvolvimento	27,5	11,6	5,2	1,7	2,2	16,2
América do Sul	70,6	87,3	56,2	28,9	21,1	76,8

Fonte: RIBEIRO & LIMA (2008:7)

A Tabela 3 traz uma amostra de 11 multinacionais brasileiras, mostrando que a internacionalização da burguesia brasileira na forma das multinacionais i) concentra-se setorialmente em recursos naturais (Gerdau, Vale, Petrobrás, Votorantim), engenharia e construção civil (Odebrecht, Andrade Gutierrez) e manufaturas intensivas em engenharia (Marcopolo, Sabó, Embraer, WEG e Tigre); ii) e concentra-se geograficamente na América Latina e Europa (9 entre 11 empresas da amostra atuam nestas regiões, sugerindo que atingiram uma composição orgânica de capital que permite concorrer em qualquer mercado do mundo).

**Tabela 3 - Multinacionais Brasileiras**

Companhia	AE/AT	VE/VT	Setor	Onde atua				
	(a)	(b)		AL	AN	EU	AP	OT
Gerdau	0,38	0,61	Ferro e Aço	X	X	X	-	-
Construtora Norberto Odebrecht	0,1	0,75	Construção Civil	X	X	X	X	X
Companhia Vale do Rio Doce	0,02	0,77	Mineração	X	X	X	X	X
Petrobrás	0,07	0,10	Petróleo e Energia	X	X	X	X	X
Marcopolo	0,46	0,55	Carrocerias de Ônibus	X	-	X	X	X
Sabó	0,28	0,57	Autopeças	X	X	X	-	-
Construtora Andrade Gutierrez	0,2	0,38	Construção Civil	X	-	X	X	X
WEG	0,24	0,56	Equipamentos Elétricos	X	-	X	X	-
Embraer	0,01	0,92	Aviões	-	X	X	X	-
Tigre	0,13	0,18	Tubos plásticos e conexões	X	-	-	-	X
Votorantim Cimentos	0,45	0,29	Cimento	-	X	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de OECD (2008:18), considerando apenas as empresas que possuíam ativos produtivos fora do Brasil e IGLESIAS (2007:22); a) Ativos produtivos permanentes fora do Brasil (AE) / Ativo total da Companhia (AT); b) Vendas no Exterior (VE) / Vendas Totais (VT); AL= América Latina e Caribe; AN = América do Norte; AP = Ásia e Pacífico; EU = Europa; OT = Outros

A expansão das multinacionais brasileiras ainda caracteriza-se por posições monopolísticas<sup>22</sup> ou de liderança em seus mercados. Mathias Luce<sup>23</sup> e Daniel Matos<sup>24</sup> apresentam um levantamento dos setores e da posição de mercado que as multinacionais brasileiras passam a desempenhar na Bolívia (Petrobrás respondia, em 2006, por 17% do PIB do país), Paraguai (95% da produção de soja cabe a grandes

<sup>22</sup> Um indicador desta condição aparece no ranking elaborado pela UNCTAD, que apontava em 2007, Vale, Gerdau e Petrobrás dentre as 100 maiores transnacionais (por valor de ativos no exterior) dos chamados países emergentes. Ver United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD. *World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*. New York and Geneva, United Nations, 2007.

<sup>23</sup> Luce. *O subimperialismo brasileiro...*, op. cit., p. 83/99

<sup>24</sup> Daniel Matos. “La falacia del nuevo ‘subimperialismo’ brasileño”. In: *Estrategia Internacional*, nº 25, enero de 2009. P. 32.



produtores brasileiros), Argentina (Camargo Correa compra a empresa Loma Negra e controla 50% do mercado de cimento; e a JBS Frigoboi compra a Swift Argentina e controla o mercado de carnes), Peru (a Votorantim Metais controla aproximadamente 62% da produção de zinco no país) e Uruguai (as exportações de carne controladas por empresas brasileiras chegaram, em 2006, a 25% do total), mostrando o grande peso econômico e político que os empreendimentos brasileiros exercem nestes países.

Portanto, novamente a busca por mercados externos estaria no horizonte da economia brasileira como expediente de acumulação.

### **A volta do subimperialismo no início do século XXI?**

O atual contexto de exportação de capitais, expansão das multinacionais brasileiras e o envolvimento das mesmas em conflitos na América do Sul, seria a expressão de uma nova dinâmica subimperialista brasileira?

Considerando que o atual período histórico rerepresenta, em novas bases, as três determinações da dinâmica subimperialista brasileira - política externa de cooperação antagônica, aumento da composição orgânica do capital que leva à busca de mercados externos, e alianças de classe na burguesia brasileira que sustentam o projeto subimperialista -, a resposta parece-nos ser positiva.

A política externa brasileira novamente encontra espaço para retomar a cooperação antagônica na década de 2000. Após um período de duas décadas que suprimiram iniciativas latino-americanas de maior autonomia nacional, o recente processo político da Venezuela, Bolívia, Equador e Paraguai recoloca a contestação da hegemonia estadunidense como eixo político do continente.

No plano econômico, a década de 1990 iniciou um processo de centralização de capitais que eclodiu na década de 2000, recolocando a necessidade dos mercados externos para a acumulação brasileira pela exportação de capitais na forma de investimentos diretos das multinacionais brasileiras para os países da América do Sul, recolocando a insuficiência do mercado interno brasileiro não mais na realização das mercadorias (esfera da circulação), mas na limitação de oportunidades de novos investimentos para as multinacionais (esfera da produção).

Por fim, o desenvolvimento da burguesia brasileira nas últimas décadas gerou diversas frações que, não colocavam o controle de mercados externos como interesse principal, mas sim a redivisão do espaço nacional com o capital internacional. Este quadro alterou-se na década de 2000, dada a consolidação da burguesia ligada às multinacionais, conseguindo políticas públicas específicas voltadas a defesa de seus interesses.

## **Referências bibliográficas para os dados estatísticos:**

Banco Central do Brasil. *Séries Temporais – Balanço de Pagamentos*. <http://www.bacen.gov.br/?SERIEBALPAG>. acessado em 20/03/2009.

Fernando Ribeiro, Raquel Lima. *Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas*. Relatório Final, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX, Julho de 2008.

Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD. *Brazil: selected trade issues*. Paris. Trade Policy Working Paper nº 71, abril de 2008.

Roberto Iglesias. *Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: investimentos diretos no exterior* – Brasília: Confederação Nacional da Indústria - CNI, 2007.